

Planalto tem substitutivo ao anteprojeto de Cabral

As emendas do governo entram no mérito dos artigos do projeto de Cabral e sua apresentação será articulada por Sant'Anna

Da Sucursal de Brasília

O Palácio do Planalto apresenta hoje à Comissão de Sistematização seu projeto de Constituição, substitutivo ao anteprojeto do relator Bernardo Cabral. Na estratégia traçada pelo Planalto, com a participação do líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), as emendas serão entregues em duas formas distintas: isoladas e conexas por assuntos.

No substitutivo todas as emendas entram no mérito de cada artigo do anteprojeto, o que é proibido pelo regimento interno da Comissão de Sistematização. Para que elas não sejam recusadas pelo relator, o Palácio do Planalto resolveu acionar o presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, para que ele liberasse a apresentação de emendas que modificam completamente o teor dos artigos. Para o líder do governo, Carlos Sant'Anna, o regimento existe, mas não precisa necessariamente ser respeitado. "Desde quando o regimento foi importante? Foi furado a toda hora nas subcomissões e comissões", disse ontem Sant'Anna, a explicar a estratégia montada para "inundar a Comissão de Sistematização de emendas", na sua expressão.

Carlos Sant'Anna disse que "tem trocado idéias" tanto com o presidente José Sarney quanto com o consul-



O presidente José Sarney

tor-geral da República, Saulo Ramos. afirmou que informa o Palácio do Planalto do andamento dos trabalhos quase diariamente, pois orienta o grupo que, por setor, vem trabalhando no substitutivo desde que o anteprojeto de Cabral tornou-se conhecido. Segundo Sant'Anna, as emendas na área econômica são coordenadas por Nyder Barbosa (PMDB-ES) e Sérgio Werneck (PMDB-MG); na questão do sistema de governo, por ele próprio e mais Marcos Lima (PMDB-MG), Prisco Viana (PMDB-BA) e Expedito Machado (PMDB-CE); na saúde, por Carlos Mosconi (PMDB-MG), Raimundo Bezerra (PMDB-CE) e Eduardo Jorge (PT-SP), além de

outros parlamentares que não quis dizer os nomes.

A Folha apurou no Palácio do Planalto que a iniciativa de apresentação do substitutivo ao anteprojeto de Bernardo Cabral foi tomada depois que uma pesquisa deu ao governo a garantia de que já possui, no Congresso constituinte, maioria para aprovar o projeto. Do esquema participam, além do Palácio do Planalto, os governadores do PMDB (exceção para Carlos Bezerra-MT, Fernando Collor-AL e Miguel Arraes-PE) e o grupo "centro democrático", que congrega os parlamentares "conservadores" do PMDB.

O que mais desagradou o Palácio do Planalto no anteprojeto de Bernardo Cabral foi a adoção do sistema parlamentarista. Em segundo lugar, as concessões na área social, como a estabilidade no emprego a partir de noventa dias de trabalho e a jornada de quarenta horas semanais. O Palácio do Planalto acha que o atual estágio da economia do país não suporta estas inovações.

A falta de unidade do anteprojeto também é criticada pelo Palácio do Planalto, que o considera uma "colcha de retalho", quase impossível de ser discutido e emendado.

Críticas

Os líderes do PC do B, Haroldo Lima, do PDT, Brandão Monteiro, do PT, José Genoíno, o senador Afonso Camargo (PMDB-PR) e o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) criticaram a iniciativa do Palácio do Planalto.

Cabral critica apresentação de substitutivo

Da Sucursal de Brasília

O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização, reagiu ontem à apresentação de um substitutivo ao seu anteprojeto de Constituição, afirmando que "ele faz o dele e eu faço o meu" ao se referir à disposição do deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA). A apresentação de substitutivos nesta fase dos trabalhos vai contra o regimento interno do Congresso constituinte.

Cabral disse que, sozinho e "na surdina", já começou a redigir o seu próprio substitutivo. Vencida esta fase dos trabalhos, todos os constituintes poderão apresentar emendas ao anteprojeto que for aprovado pelos 93 integrantes da Comissão de Sistematização. Antecipando o processo, Cabral diz já estar preparando o texto, que vai incorporar estas emendas do plenário.

"É preciso ficar bem claro que só uma pessoa pode apresentar substitutivos: eu", afirmou Cabral, rejeitando também a proposta de apresentação de blocos de emendas ao anteprojeto. Sobre a disposição de Sant'Anna de apresentar um substitutivo, Cabral disse que "é um direito do líder, mas o regimento diz que nesta fase só cabem emendas de adequação" (que alteram apenas a redação).

Cabral discorda de Ulysses, que autorizou apresentação de emendas de mérito (que alteram o conteúdo)



Ulysses Guimarães e Bernardo Cabral concedem entrevista no Congresso

para os artigos referentes à Comissão da Família. "Já que se vai contrariar o regimento, que se abra isso pra todas as comissões temáticas", disse. Em função do impasse, os membros da Sistematização se reuniram para discutir o assunto durante uma reunião prevista para as 20h de ontem.

"Eu por mim, pouco estou ligando. Se eles quiserem, tudo bem", afirmou Cabral. Nervoso, o relator disse que são "injustas" as críticas feitas ao seu trabalho. "As críticas empata com as que eu faço", declarou

Cabral, que considera o anteprojeto "sem linearidade ideológica". Depois de ter se sentido mal na noite de anteontem, Cabral submeteu-se ontem a um "check-up" no Serviço de Cardiologia do Hospital de Base, em Brasília. Os médicos André Esteves e Ayrton Peres recomendaram descanso ao relator.

Com a perspectiva da permissão de emendas de mérito para todas as comissões temáticas, até as 18h30 de ontem mais de 580 emendas foram encaminhadas. A maioria delas alterava o conteúdo dos artigos.

Emenda propõe o fim do diploma obrigatório

Da Sucursal de Brasília e da Reportagem Local

O deputado Jacy Scanagatta, 53 (PFL-PR), de centro-direita, apresentou ontem emenda ao anteprojeto de Constituição, propondo a não obrigatoriedade de diploma de Comunicação Social para o exercício da profissão de jornalista. "A lei não poderá impedir o livre exercício de profissão vinculada à expressão do pensamento e das artes, nem tampouco criar embaraços de qualquer natureza à integridade absoluta desse direito", propõe a emenda.

Para o cientista político Bolívar Lamounier a obrigatoriedade é um exemplo do "excesso de regulamentação profissional que há no Brasil". Bolívar afirmou ainda que "é um exemplo de corporativismo e se os sindicatos dependem disso para sobreviver é sinal de que estamos mal".

O jurista Fábio Konder Comparato disse que a obrigatoriedade do diploma não deve ser incluída na Constituição. Ele declarou que o diploma obrigatório de jornalista "foi instituído pela ditadura militar com o interesse político de fiscalizar a profissão" mas acha que o seu fim "nas condições atuais" pode aumentar a concorrência profissional.

Sampaio aponta risco de retrocesso político

Da Sucursal de Brasília

O deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), de esquerda, apontou ontem, em discurso no plenário do Congresso constituinte, o "risco de um retrocesso político" no país, dizendo que arma-se um quadro em que "a própria Constituinte se encontra ameaçada".

Para Sampaio, a "desproporção entre a reação do governo (que considera exagerada) e as manifestações populares normais em períodos de arrocho e recessão", além do "substitutivo que o Planalto está gestando para se contrapor ao anteprojeto de Constituição elaborado por Bernardo Cabral", caracterizam esse risco de retrocesso.